

Legislação dificulta doação de órgãos

A grande maioria dos rins transplantados são retirados de pessoas que apresentam quadro clínico de morte cerebral. Após constatar o quadro, os médicos têm cerca de 48 horas para realizar o transplante. Depois desse período, o órgão não pode mais ser utilizado para salvar a vida de um doente ou para libertá-lo do processo de filtragem de sangue que tem que fazer três vezes por semana, a hemodiálise.

A principal causa pelo reduzido número de doadores de órgãos

no Brasil é a legislação vigente sobre o tema. Quem quiser que seus rins, coração, pulmões e outros órgãos sejam doados após a sua morte é obrigado a deixar uma autorização por escrito. Segundo alguns médicos a legislação ao invés de ajudar e proteger os doentes faz exatamente o contrário ao instituir exigências desse tipo.

Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, a legislação estabelece um princípio para as

doações exatamente oposto ao brasileiro. Nesses países, quem não quiser ter seus órgãos doados é que deve deixar um documento assinado. Se o documento não existir, o transplante é feito automaticamente. Com essa legislação, alguns países já conseguiram salvar a vida de muitos doentes e transformar as suas vidas. Enquanto isso, no Brasil, milhares de pessoas aguardam a sua vez nas filas para transplantes de órgãos.